



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO TRE Nº 632/2010

Dispõe sobre arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas de campanha nas eleições suplementares para os cargos de prefeito e vice-prefeito no município de Santo Antônio de Leverger/MT.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pelo art. 30, incisos IV e XVII, do Código Eleitoral e;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos específicos relativos à arrecadação e aplicação de recursos e a prestação de contas de campanha nas eleições municipais suplementares de Santo Antônio de Leverger/MT, para os cargos de prefeito e vice-prefeito;

CONSIDERANDO, ainda, ser imperioso adequar os prazos sobre a respectiva prestação de contas eleitorais,

RESOLVE

Art. 1º. A arrecadação e a aplicação de recursos, bem como a prestação de contas de campanha nas eleições suplementares para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Santo Antônio de Leverger obedecerão, no que couber, ao disposto na Resolução TSE nº 22.715/2008, de 28 de fevereiro de 2008, e nesta Resolução.

Art. 2º. Até 03 dias após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido constituirá comitê financeiro, com a finalidade de arrecadar

recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais, o qual deverá ser registrado no Cartório Eleitoral, observado o prazo de 2(dois) dias após a respectiva constituição.

Art. 3º. A conta bancária obrigatória para candidato e comitê financeiro de partido político, a que se refere o art. 10 da Resolução TSE nº 22.715/2008, vincular-se-á à inscrição no CNPJ, que será atribuída em conformidade com o disposto na instrução normativa conjunta da Secretaria da Receita Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, ou na sua ausência, ao CPF do candidato com relação à sua conta bancária, e ao CPF do presidente do comitê financeiro do partido em se tratando de conta bancária de comitê financeiro.

Art. 4º. Os diretórios municipais dos partidos políticos ficarão responsáveis pela confecção dos recibos eleitorais, conforme modelo constante do Anexo I, da Resolução TSE nº 22.715/2008, e pela sua distribuição aos comitês financeiros municipais, que deverão repassá-los aos respectivos candidatos antes do início da arrecadação dos recursos.

Art. 5º. Os diretórios municipais dos partidos políticos deverão protocolizar no Cartório da 38ª Zona Eleitoral, antes da distribuição dos recibos eleitorais aos comitês financeiros, informação que indique:

I - a quantidade e a numeração seqüencial dos recibos confeccionados.

II – o nome, o endereço e o número de inscrição no CNPJ da empresa responsável pela confecção dos recibos eleitorais, bem como o valor, o número, a data de emissão do documento fiscal.

Parágrafo único - Os diretórios municipais dos partidos políticos deverão repassar aos comitês financeiros a totalidade dos recibos eleitorais confeccionados.

Art. 6º. O requerimento de registro do comitê financeiro deverá ser preenchido e impresso por meio do Sistema de registro de Comitês Financeiros (SRCF), disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em sua página na internet especificamente para as eleições suplementares (<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/sistemas.htm>).



Art. 7º. A prestação de contas deverá ser elaborada por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em sua página na internet especificamente para as eleições suplementares(<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/sistemas.htm>).

Art. 8º. As contas de candidatos e de comitês financeiros deverão ser prestadas ao juízo eleitoral até o dia 08/09/2010.

Art. 9º. O Cartório da 38ª Zona Eleitoral deverá proceder à análise das prestações de contas de forma manual, observando-se os procedimentos técnicos de exame.

Art. 10. A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos deverá ser publicada até o dia 16/09/2010.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em Cuiabá, aos vinte e dois de julho do ano de dois mil de dez.

Desembargador RUI RAMOS RIBEIRO
Presidente em exercício do TRE/MT


Desembargador MÁRCIO VIDAL

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
em exercício do TRE/MT





Doutor SAMIR HAMMOUD
Juiz-Membro

Doutor CÉSAR AUGUSTO BEARSI
Juiz-Membro



Doutor GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO
Juiz-Membro



Doutor JORGE LUIZ TADEU RODRIGUES
Juiz-Membro



Doutor SAMUEL FRANCO DALIA JÚNIOR
Juiz-Membro